



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
Subsecretaria de Assuntos Corporativos
Coordenação-Geral de Apoio aos Órgãos Colegiados

ATA

284ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CNPS -

Videoconferência

Brasília, 04 de novembro de 2021

ATA DA 284ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPS

DATA: 04 de novembro de 2021

LOCAL: Microsoft *Teams* – Videoconferência

PRESENÇAS

Representantes do Governo	Representantes dos Trabalhadores em Atividade
SPREV/MTP – Rogério Nagamine Costanzi	FS – Odair Antônio Bortoloso
INSS – Leonardo José Rolim Guimarães	UGT – Natal Léo
INSS – Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro	CUT – Ariovaldo de Camargo
MTP – Benedito Adalberto Brunca	
SPREV/MTP – Elvis Gallera Garcia	
SPE/ME – Bernardo Borba de Andrade	
FEA-USP – José Roberto Ferreira Savoia	

Representantes dos Aposentados e Pensionistas	Representantes dos Empregadores
SINTAPI/CUT – José Tadeu Peixoto da Costa	CNF – Paulo Augusto Ferreira Bouças
CSB – Bartolomeu Evangelista de França	CNC – Reiner Ferreira Leite
COBAP – Obede Muniz Teodoro	CNM – Antônio Mário Rattes de Oliveira
SINDNAPI/FS – Tônia Andrea Inocentini Galleti	CNT- Bruno Batista Contarato

Convidados	
ABBC – Alex Sander Moreira Gonçalves	ASCOM/MTP – Elise Andreolla
INSS – Fábio Comanducci do Nascimento	UGT – Francisco Canindé Pegado
BCB – Gustavo Martins dos Santos	SPREV/MTP – Lucyana Rios Monteiro Barbosa Souza
FEBRABAN – Rafael Baldi da Silva	ASCOM/INSS – Simone Souto Maior
INSS – Ailton Nunes de Matos Junior	ASCOM/MTP – Talita Lorena

1 I – ABERTURA

2 Presidindo a mesa, o Conselheiro Benedito Adalberto Brunca, abriu a 284ª Reunião Ordinária do Conselho
3 Nacional de Previdência Social – CNPS.

4 II – EXPEDIENTE

5 O **Senhor Presidente** deu posse ao novo conselheiro, o Sr. Paulo Augusto Ferreira Bouças, representante
6 suplente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), em substituição ao Sr. Ênio Ferreira
7 Matias. Na sequência, o **Sr. Presidente** colocou em apreciação e aprovação a Ata da 283ª Reunião Ordinária
8 do CNPS, realizada no dia 30 de setembro de 2021. Havendo a concordância de todos, a Ata foi aprovada à
9 unanimidade.

10 III – ORDEM DO DIA

11 O **Sr. Presidente** socializou a pauta da reunião: I – Abertura: 1) Posse novo conselheiro; II – Expediente: 1)
12 Aprovação da Ata da 283ª Reunião Ordinária do CNPS; III – Ordem do Dia: 1) Horário de funcionamento das
13 unidades do INSS. Apresentação: Sr. Leonardo Rolim, Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);
14 2) Ações do INSS no combate às fraudes. Apresentação: Sr. Fábio Comanducci do Nascimento, Coordenador-
15 Geral de Gerenciamento do Pagamento de Benefícios do INSS; 3) Crédito Consignado: a) Proposta da CNF
16 sobre revisão do teto de juros. Apresentação: Srs. Paulo Augusto Ferreira Bouças, Diretor de Governo do Banco
17 do Brasil e representante suplente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF) no CNPS;
18 Rafael Baldi da Silva, Diretor Adjunto de Produtos da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e Alex
19 Sander Moreira Gonçalves, Diretor de Crédito Consignado da Associação Brasileira de Bancos (ABBC); b)
20 Informações sobre crédito consignado. Apresentação: Sr. Gustavo Martins dos Santos, Chefe Adjunto do
21 Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (Desig) do Banco Central do Brasil (BCB); c) Dados
22 sobre crédito consignado; apresentação: Sr. Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro, Diretor de Benefícios do INSS;
23 IV – Informes; V – Encerramento. Em seguida, **Sr. Presidente** convidou o Presidente do INSS, para realizar a
24 primeira exposição da pauta. Em breve introdução, o **Sr. Leonardo José Rolim Guimarães** arrazoou que o
25 INSS tem avançado em um novo modelo de atendimento das agências que, de acordo com a demanda, traz
26 maior flexibilidade ao funcionamento delas. Explicou que a criação do Programa de Gestão do Atendimento do
27 INSS baseou-se na experiência de sucesso do Programa de Gestão para Análise de Requerimentos, com
28 modalidade semipresencial e por meta. Informou que a expectativa é que, com esse modelo, o INSS passe
29 analisar mais requerimentos, principalmente os chamados ‘retaguarda de agências’, através do
30 autoatendimento orientado e, acolher a população com menor nível de inclusão digital. Em suma, aduziu que
31 são conjuntos de ações que aumentará a produtividade e reduzirá os custos. Passando a palavra ao **Sr. Ailton**
32 **Nunes de Matos Junior**, esse apresentou a estrutura do INSS: i) 1.551 Agências da Previdência Social (APS);
33 ii) 1.401 APS abertas; iii) 150 APS fechadas; iv) 1.147 APS com sala de atendimento de Perícia Médica; v) 698

34 APS com Peritos Médicos; vi) 8.088 colaboradores; vii) 1,3 milhões atendimentos mensais; viii) 1.889 servidores
35 administrativos; ix) 670 Servidores do Serviço Social – Assistentes Sociais; x) 161 Servidores de Reabilitação
36 Profissional; xi) 2.402 estagiários; xii) 982 Contratados; e xiii) 1.984 Médicos Peritos. Citou a Portaria
37 PRES/INSS nº 1.347/2021, que trata da jornada de trabalho e institui os horários de funcionamento e de
38 atendimento das unidades do INSS: 1. O horário de funcionamento das APS é entre as 6h30 e 17h30, caso
39 haja atendimento de perícia médica no turno vespertino, cujo funcionamento poderá ser estendido até às 18h,
40 para atender as pessoas que se encontram na agência após finalizado o horário normal; 2. O horário de
41 atendimento das APS é entre as 7h e 14h, iniciado até as 8h. Explicou que o horário de atendimento das
42 agências é regulado pela Portaria nº 1.153/PRES/INSS, que estabelece o atendimento entre as 7h e 13h,
43 enquanto perdurar o estado de emergência pública. Mostrou, em gráficos, a porcentagem de atendimento por
44 faixa de horários e salientou que, atualmente, 90% dos atendimentos ocorrem entre as 7h e 14h, da mesmo
45 forma que nos anos de 2017, 2018 e 2019. Discorreu sobre o atendimento presencial entre o período de 2017
46 e 2021, e apontou o impacto da Pandemia. Destacou que a retomada dos atendimentos ocorreu com o novo
47 modelo de agendamento e que observou-se todas as normas de segurança. Abordou o Meu INSS e elencou
48 dados referente aos anos entre 2017 e 2021, destacando o crescimento de acessos em agosto de 2021 que foi
49 de 46 milhões. Referente aos requerimentos por canal de atendimento, salientou que o serviço presencial foi
50 interrompido em decorrência da Pandemia, mas que, com o Meu INSS, foram retomados, com os protocolos de
51 requerimento. Citou que, em 2014, houve 264 mil requerimentos realizados nas APS, contudo, em setembro de
52 2021, houve 6.407 requerimentos feitos junto às APS, enquanto 237.681 foram protocolados diretamente no
53 Meu INSS. Esclareceu que, embora o INSS tenha suspenso o atendimento, com a transformação digital, os
54 serviços continuaram sendo ofertados pelos canais remotos. Sobre o Programa de Gestão do Atendimento
55 Presencial (PGAP), pontuou seus objetivos: 1. Dar maior eficiência na mensuração das atividades; 2. Aumentar
56 o número de atendimentos; 3. Aumentar o número de servidores analisando requerimentos de menor
57 complexidade; 4. Favorecer autogestão no trabalho; e 5. Diversificar as atividades. Informou que, atualmente,
58 o programa conta com nove APS e 23 servidores, que a meta diária é de 4,27 ou 3,20 pontos, conforme a
59 jornada do servidor, que pode ser atingida com atendimentos agendados ou espontâneos, cuja média é de 24
60 atendimentos por dia e, caso não atingida a meta, poderá complementar com tarefas. Esclareceu que antes da
61 implementação do programa, o servidor do INSS trabalhava por jornada horária. Citou, também, o Programa de
62 Gestão de Retaguarda, que incentiva o trabalho com produtividade e resultado, que resulta em uma maior
63 capacidade de produção. Compartilhou em gráficos os resultados preliminares do PGAP: i) atendimentos entre
64 janeiro e julho de 2021, de 954 para 2.709; ii) média de atendimento por servidor, 186; iii) total de conclusão de
65 tarefas, aumentou de 963 para 3.114; e iv) média de conclusão de tarefas por servidor, crescimento de 46 para
66 125. Concluiu a apresentação e esclareceu que o INSS alocou servidores para atuar com foco em produtividade
67 e resultados. Aberto espaço para questionamentos, com a palavra, o **Sr. Natal Léo** perguntou o que diferenciava
68 a tarefa do atendimento. Em resposta, o **Sr. Ailton Nunes de Matos Junior** explicou que tarefa são os
69 processos protocolados e analisados. Solicitando a palavra, a **Sra. Tônia Andrea Inocentini Galleti** pontuou

70 que o aumento significativo do uso do aplicativo Meu INSS foi em decorrência da imposição e não da escolha
71 das pessoas. Explicou que as pessoas não optaram e que, embora o aplicativo fosse um instrumento bom, há
72 pessoas que não tem conhecimento e nem acesso à tecnologia, as quais buscam ajuda de terceiros, e em
73 alguns casos pagando por esses serviços, para solicitar atendimento e informações que só conseguiam fazer
74 diretamente nas agências do INSS. Lembrou que se o objetivo é democratizar e viabilizar o atendimento,
75 conforme preconiza a Constituição Federal, com toda a proteção social, é necessário refletir os impactos
76 causados na sociedade. Mencionou o processo de digitalização e suas consequências, enfatizando os danos
77 causados à população. Solicitou informações adicionais para que o INSS apresente o número de
78 represamentos, para avaliar o nível de exigências. Com a palavra, o **Sr. José Tadeu Peixoto da Costa** falou
79 que o serviço do INSS foi terceirizado, que o segurado está pagando por um serviço que deveria ser gratuito e
80 prestado diretamente pelo órgão. Falou que o “Meu INSS” permanece com problemas, inclusive para usuários
81 que sabem manejar o aplicativo e mencionou situações referente a erros habituais no aplicativo em que, ao
82 cumprir as exigências anexando os documentos solicitados, o sistema trava, não sendo possível saber se os
83 documentos foram protocolados ou não. Ressaltou o risco dos segurados em buscar ajuda de terceiros, que
84 muitos não são competentes, tampouco entendem bem o tema “previdência”. Falou da importância de se
85 melhorar o sistema e de conceder acesso às pessoas, que devem ter o direito de optar onde querem buscar
86 informações, seja pelos canais remotos ou diretamente nas agências. Coadunou com as palavras da
87 conselheira Tônia Galleti e ressaltou a importância de se defender o serviço público sem cercear o acesso ao
88 público. Fazendo uso da palavra, o **Sr. Ailton Nunes de Matos Junior** informou que o INSS é ciente de toda
89 situação exposta e explicou que, em paralelo ao PGAP, o INSS está desenvolvendo o projeto ‘O Novo Modelo
90 de Atendimento Presencial’, que é um espaço de atendimento 100% presencial. Informou que o novo programa
91 atenderá o segurado nas agências, sendo um atendimento com servidor, por nível de complexidade, e quando
92 for esclarecimentos de dúvidas, o cidadão contará com um atendimento orientado, em que o colaborador irá
93 auxiliá-lo na execução do serviço. Embora complexo, explicou que o projeto é ambicioso, por entenderem a
94 necessidade de retomar o atendimento presencial e colocou-se à disposição para apresentar o novo projeto ao
95 CNPS. Esclareceu à Sra. Tônia Galleti a diferença entre o atendimento presencial e digital, lembrando que antes
96 o atendimento presencial também era agendado, com limite de pessoas a serem atendidas por agência, dia,
97 mês e ano. Disse que, quando não era possível atender o cidadão por algum motivo, um novo problema era
98 gerado para o INSS. Explicou que, ao ampliar os canais de atendimento do INSS, foi possível dar pleno acesso
99 ao cidadão peticionar. Citou que, no antigo modelo, quando o cidadão ia à agência e o limite de atendimento
100 diário estava esgotado, o servidor orientava ao cidadão a retornar outro dia, com os documentos; então, a
101 época, as quantidades de exigências eram menores em virtude da limitação de atendimentos. Mencionou que,
102 em 2010, o INSS contava com o apoio de 40 mil colaboradores, mas que em 2019 passou a contar com menos
103 de 20 mil colaboradores. Explicou que a redução na força de trabalho fez com que o INSS adotasse estratégias
104 para manter seu atendimento. Após as considerações, o **Sr. Presidente** reiterou a necessidade de se refletir
105 sobre os aspectos sinalizados, e lembrou que a medida entrará em vigência em janeiro. Aclarou que o INSS,

assim como os órgãos públicos, está se organizando para enfrentar os desafios e garantir o atendimento segundo os critérios estabelecidos na legislação. Finalizado o primeiro ponto, instou o segundo ponto de pauta: Ações do INSS no combate às fraudes. Inicialmente, o **Sr. Fábio Comanducci do Nascimento** falou que está à frente da recém-criada Coordenação-Geral de Conformidade de Combate à Fraude, resultante da transformação da unidade de monitoramento operacional de benefícios, que tem por objetivo a garantia e controle da conformidade, permitindo atuar de forma adequada na política previdenciária e na preservação da sanidade política previdenciária. Iniciando sua exposição, explicou que o Painel de Qualidade de Dados de Pagamento de Benefícios (QDBEN) foi iniciado em 2018, e falou sobre as informações e dados identificados a partir do sistema de verificação de conformidade da folha de pagamentos. Explicou a relação entre o controle de conformidade e o Sistema de Verificação de Conformidade da Folha de Pagamentos de Benefícios (SVCBEN): i) estágio atual – 33 tipologias de monitoramento implantadas; ii) mais de 2,9 milhões de benefícios desconformes identificados e que, em alguns benefícios, foram reconhecidas mais de uma inconformidade; iii) 1.767.305 benefícios ativos com inconsistências detectadas a serem tratados. Lembrou que, apesar do painel ter surgido em 2018, somente a partir de 2020 foi iniciado o trabalho externo do QDBEN. Ressaltou que, inicialmente, o INSS realizou o trabalho interno de conferência cadastral, de verificação de falso positivo e o processo de depuração, que precederam o trabalho diretamente com o segurado. Esclareceu que essa dinâmica ainda ocorre para algumas tipologias, e que o INSS buscou novas fontes de informação junto à Receita Federal, a fim de evitar que qualquer providência fosse requerida ao titular do benefício. Informou que o projeto está em contínua construção, com previsão de 17 entregas, tendo a segunda etapa da sexta entrega: a) o aperfeiçoamento do monitoramento dos créditos emitidos na modalidade de PAB/Crédito Especial, em conformidade ao que está disposto no Acórdão TCU nº 1.293/2019; b) a inclusão de tipologias: situação do CPF e idade incompatível (BPC Idoso); com previsão de conclusão até o final de 2021. Explicou o que é Pagamento Alternativo de Benefício (PAB), que ocorre quando o benefício é cessado, o crédito perde a validade e é feita nova emissão de crédito. Esclareceu que o PAB também é utilizado para o segurado que tem o benefício ativo, mas com a revisão do benefício, se faz o pagamento dos períodos pretéritos. Enfatizou que os créditos gerados, para além do que é regularmente emitido em um determinado benefício, deve ter o monitoramento da regularidade dos pagamentos e correção dos créditos que serão emitidos. Sobre os resultados alcançados da relação entre o SVCBEN e o QDBEN, explicou o aperfeiçoamento da capacidade de prestar contas e como o gasto público é influenciado pelas ações de controle de conformidade de combate à fraude. Informou que foi solicitado à DATAPREV um novo modelo de prestação de contas, para que as informações fiquem disponíveis sistematicamente e com transparência permanente. Falou que os dados calculados, a partir das verificações do QDBEN, apresentaram uma economia de R\$ 5,827 bilhões anuais; esclareceu que os dados são efetivos, e que se considerou o benefício cessado. Informou que a projeção anual é de 13 meses, considerando o décimo terceiro e que os benefícios tratados até o momento são do regime geral de previdência. Referentemente ao SVCBEN, ressaltou que o INSS tem sido alvo de questionamento quanto ao funcionamento, produtividade e ao estoque. Explicou que a inclusão de verificação de conformidade do QDBEN, no Programa Especial do

142 Monitoramento Operacional de Benefícios (BMOB), foi uma ação tomada pelo INSS. Discorreu que o BMOB foi
143 instituído pela Medida Provisória nº 871/2019, em que os servidores com produtividade extraordinária, seriam
144 bonificados. Mencionou que, desde abril de 2021, as tarefas de verificação foram inseridas no programa
145 especial, ocasionando um importante ganho de produtividade. Mostrou, em gráficos, a evolução de
146 produtividade das análises de conformidade com o BMOB, que passaram de 54 mil, no quadrimestre de abril a
147 julho de 2020, para 178 mil no mesmo período de 2021. Relativamente a produtividade na análise de
148 conformidade, informou que a produtividade efetiva estava congelada devido a limitação dos dados da
149 DATAPREV, os quais atualizam a cada quadrimestre. Demonstrou, em gráficos, a projeção da produtividade e
150 observou que, atualmente, chegará a 450 mil processos analisados e que a projeção, para o ano de 2022, é de
151 mais de 500 mil. Explicou que o volume de maior concentração está nos benefícios antigos solicitados por
152 acórdãos do TCU. Destacou que o INSS tem buscado aproximação com outros órgãos, como a Receita Federal,
153 para evitar que o segurado precise comparecer à agência e, embora a produtividade projetada para o biênio
154 2020/2021 seja de um milhão, estima-se que, com a verificação de dados, até o final de 2022, haverá melhoria
155 da qualidade do gasto público. Apresentou, por meio de gráficos, 1) a projeção de redução de despesas
156 decorrentes da produtividade que, embora conservador, demonstra a importância da atividade para o orçamento
157 público; 2) em relação ao combate à fraude, elencou o detalhamento da apuração de irregularidades em 2021,
158 destacando as apurações concluídas até o dia 18 de agosto: i) 97,45% em Benefício de Prestação Continuada
159 (BPC) e; ii) 2,5% em benefícios do regime geral de previdência; sendo para as apurações relacionadas ao BPC:
160 41,30% regulares; 13,80% parcialmente irregular e; 44,90% irregulares e; 3) a apuração dos demais benefícios:
161 44,30% regulares; 2,80% parcialmente irregular e; 52,90% irregulares. Em relação à origem das demandas
162 concluídas, informou que: i) do Ministério da Cidadania, 86,98%; ii) da Corregedoria-Geral da União (CGU),
163 6,06%; iii) do Tribunal de Contas da União (TCU), 5,31%; iv) do INSS, 1,64% e; v) outros, 0,01%. Salientou que
164 os casos de maior efetividade são aqueles que o INSS detectou o indício de irregularidades, o que representa
165 75. Alertou que, em relação a baixa efetividade da detecção dos casos oriundos do TCU e CGU, será necessário
166 realizar ajustes metodológicos, para que separe conformidade e irregularidade. Ato contínuo, apresentou em
167 gráficos, a estimativa da redução de despesas com o combate à fraude e a estimativa de redução de despesa
168 agregada, de aproximadamente de 2,5 milhões em 2021, para 2,5 milhões em 2022. Concluiu sua exposição,
169 discorrendo sobre as novas ações de combate à fraude: i) detecção em lote; ii) monitoramento; iii) ganho de
170 eficiência na apuração; e iv) reestruturação da Coordenação-Geral de Conformidade e Combate à Fraude
171 (CGCCF). Iniciando os debates, o **Sr. José Roberto Ferreira Savoia** falou que a economia gerada é substancial
172 para que outros investimentos sejam bem-feitos. Perguntou quais ações são adotadas para os familiares que
173 realizam saque após o falecimento do segurado. Com a palavra, o **Sr. José Tadeu Peixoto da Costa** falou de
174 sua satisfação com o avanço do programa de combate à fraude. Rememorou seu pleito sobre a criação de um
175 programa que combatesse as fraudes existentes, discorrendo sobre sua atuação e disse que, muitas vezes, a
176 fraude era realizada pelo servidor, que inseria informações no sistema, esclarecendo a necessidade a época,
177 das auditorias ordinárias. O **Sr. Ariovaldo de Camargo** salientou a importância das ações que coíbem a má-

178 fé; disse que não se pode confundir o processo de limpeza e irregularidade com possíveis injustiças e enfatizou
179 a necessidade de os servidores estarem preparados; parabenizou a iniciativa e o processo que está sendo
180 desenvolvido, para que com as devidas medidas, além de combater à fraude, inibam o comportamento de má-
181 fé das pessoas. Em resposta ao Sr. José Roberto Ferreira Savoia, o **Sr. Fábio Comanducci do Nascimento**
182 explicou que o INSS constituiu uma equipe específica para recuperação de crédito na instância administrativa.
183 Referentemente ao pós-óbito, informou que, para o INSS, não há o que apurar, a não ser que a instituição
184 financeira tenha renovado a senha e feito a prova de vida. Aclarou que as ações de conformidade se
185 comunicam, diretamente, com a redução do potencial recebimento após o óbito e lembrou que o cartório tem
186 24 horas para informar o registro de óbito ao INSS, para que não haja pagamento indevido. Com isso, o INSS
187 tem buscado adequar o cadastro de informações, para permitir o batimento mais efetivo das informações
188 registradas pelos cartórios. Informou que é realizada fiscalização junto aos cartórios, para que seja garantido o
189 cumprimento das informações dos registros, e tem se separado a recuperação de crédito administrativo da
190 apuração, para que os procedimentos tornem mais efetivos. No tocante ao posicionamento do Sr. José Tadeu
191 Peixoto da Costa, lembrou que o trabalho é feito pela equipe do INSS, que são servidores de carreira do Seguro
192 Social. Alertou que, com a evolução do reconhecimento automático de direitos, o papel desempenhado aos
193 servidores de carreira é relacionado a melhoria da qualidade do gasto público. Referente as pontuações do Sr.
194 Ariovaldo de Camargo, salientou a importância de entender a fragilidade cadastral e que suas inconsistências
195 devem ser tratadas, para que as fraudes possam ser efetivamente combatidas. Explicou que, para cada tipo de
196 situação, é adotada uma ação, as quais podem conduzir para a suspensão ou cessação do benefício, com a
197 garantia do devido processo legal, ampla defesa e do contraditório. Vencido o tema, o **Sr. Presidente** instou o
198 terceiro ponto de pauta: Proposta da CNF sobre revisão do teto de juros. Com a palavra, o **Sr. Paulo Augusto**
199 **Ferreira Bouças**, em breve introdução, explicou que o plano de elevação do teto de juros, proposto pela
200 FEBRABAN e pela CNF, se trata de um estudo sobre os incrementos da taxa SELIC, e que sejam revisitadas
201 pelas instituições financeiras. Com a palavra, o **Sr. Alex Sander Moreira Gonçalves** inicialmente agradeceu,
202 em nome da FEBRABAN e da ABBC, a oportunidade de apresentar o tema ao CNPS. Apresentou, em gráfico
203 e tabela, o custo de captação para consignado do INSS, discorrendo sobre o cenário de elevação do custo de
204 captação de longo prazo, que poderá resultar em impacto na oferta de crédito. Destacou a taxa SELIC, que tem
205 passado por ajustes constantes que, atualmente, está em 7,75% a.a. Informou que, de acordo com o Comitê
206 de Política Monetária (COPOM), até o mês de dezembro, a taxa SELIC deverá alcançar o patamar de 9,25%
207 a.a.; contudo, esclareceu que este percentual não é o custo de captação dos bancos. Comentou que a Pessoa
208 Física (PF), disposta a investir no Tesouro Direto por cinco anos, o Governo Federal paga uma renumeração
209 acima de 12%. Apontou que, para os bancos poderem captar, com a linha de crédito consignado do INSS, é
210 preciso utilizar a base de juros do que é ofertado pelo Governo Federal, contudo alertou que, para o banco, é
211 necessário que o segurado pague mais do que o governo, em virtude do risco. Mostrou o custo de captação
212 para médios e pequenos bancos, e que alguns chegam ao patamar de 13%. Referentemente ao INSS *versus* a
213 decomposição da faixa de valor, aclarou que aposentados, que ganham entre um e dois salários-mínimos, estão

inseridos nos menores tickets, que são comuns na linha de crédito consignado do INSS. Explanou que os contratos celebrados, entre os meses de julho a setembro de 2021, apresentaram redução: i) até R\$ 500, de 10% para 5%; ii) até R\$ 1,0 mil, de 17% para 11%; iii) até R\$ 1,5 mil, de 24% para 18%; em que a redução é reflexo da forte queda da rentabilidade, em decorrência do aumento relevante do custo de captação. Sobre o crédito consignado do INSS, informou que este atende ao público de baixa renda e com a menor taxa do mercado; que a queda das concessões, no período de julho a setembro de 2021, alcançaram, em média, R\$ 8,0 bilhões, o mesmo patamar de janeiro a setembro de 2020, período em que margem consignável foi de 30%. Registrou que, com a aprovação da retomada da margem adicional de 5% em abril, o volume de concessões aumentou para R\$ 9,1 bilhões, contudo voltou a recuar para R\$ 8,0 bilhões. Retrato a representatividade bancária, por ordem de participação, com mais de 70% do total de contratos ativos da carteira de crédito consignado. Ressaltou que a Caixa Econômica Federal, historicamente, atua com taxas abaixo do mercado, mas que as demais instituições bancárias atuam próximo ao teto. Citou o *Spread* e apresentou a proposta de sua recomposição. que, em março de 2020, quando fixou-se o teto de 1,8 e 2,7% o Banco Central propôs a manutenção do *Spread* em 1,3% para empréstimo e 2,20% para cartão. Discorreu sobre a proposta, em que solicitou o incremento na taxa de empréstimo de 1,80% para 2,30% e do cartão de 2,70% para 3,20%. Aclarou que a proposta, ao aplicar a metodologia do Banco Central, recompõe o *Spread*, frente a elevação substancial do custo de captação. Esclareceu que, mesmo com o ajuste, o consignado continuará sendo a linha de crédito mais barata disponível. Elencou os dados da pesquisa sobre a destinação do empréstimo pelos aposentados e pensionistas do INSS: i) 65% pagamento de dívidas; ii) 21% pagamento de medicamento e/ou exames; iii) 19% reforma de imóvel; iv) 17% pagar contas do dia a dia e; v) 12% comprar alimentos. Falou que o cenário de elevação do custo de captação poderá resultar na redução da oferta de crédito, caso o teto da taxa de juros seja incompatível. Mencionou o risco de redução da oferta de crédito consignado ao público que recebe até dois salários-mínimos, com risco de migração para outras linhas de crédito com taxas mais elevadas e prazos reduzidos. Esclareceu que o teto não impede a concorrência entre os bancos. Por fim, reiterou a proposta de recomposição dos atuais tetos de taxas de juros do empréstimo e do cartão consignado, seguindo a metodologia adotada pelo Banco Central de: 2,30% a.m. o empréstimo consignado e 3,20% a.m. o cartão. Com a palavra, o **Sr. Rafael Baldi da Silva** aclarou que, seguindo a tendência de alta na taxa de juros, e com a manutenção do atual teto, os clientes de maior idade ou de menor valor de benefício, ficarão desassistidos. Explicou que o custo fixo não consegue ser diluído em função da taxa aplicada. Falou que os números apresentados pelo Banco Central demonstram a queda na concessão do empréstimo consignado do INSS. O **Sr. Alex Sander Moreira Gonçalves** explicou que sempre haverá bancos operando com taxas mais atrativas, menor do que o teto. Finalizado o ponto de pauta, o **Sr. Presidente** passou ao tema Informações sobre crédito consignado. Oportunizada a palavra ao **Sr. Gustavo Martins dos Santos**, esse apresentou informações gerais sobre o consignado do INSS. Explicou que a carteira de consignado INSS apresentou um crescimento forte a partir de outubro de 2020, em razão do aumento da margem consignável, prevista na MPV nº 1.006/2020. Ressaltou que o crescimento foi superior ao observado na carteira de consignado para trabalhadores do Setor Público, e que

se espera uma queda nas concessões a partir de janeiro de 2022, em razão do retorno da margem consignável para 35%. Apresentou, em gráfico, o aumento dos prazos médios de concessão, em razão de alteração do número máximo de prestações mensais de 72 para 84 a partir de março de 2020, disposto na IN nº 106/PRES/INSS/2020. No tocante a portabilidade do consignado, aclarou que a quantidade mensal de pedidos de portabilidade, e de portabilidade efetivada, apresentou tendência de alta, sendo que os valores, na última data base disponível, são os maiores da série histórica. Observou que, no acumulado de 12 meses, a variação apresentou uma redução tanto na quantidade de pedidos, quanto na quantidade efetivada, que essa queda ocorreu entre outubro de 2020 e março de 2021, período no qual ocorreu o aumento da margem consignável de 30% para 35%, o que pode ter mudado o foco de atuação das instituições financeiras e dos correspondentes. Referentemente a taxa de juros, mostrou, em gráficos, que as taxas médias de juros, nas operações de consignado INSS, estão bem abaixo do limite máximo e relativamente estáveis, apesar do aumento relevante nos juros a partir de janeiro de 2021. Apontou que, de maneira geral, as taxas médias cobradas pelas instituições financeiras, independentemente do porte, apresentaram pequena elevação apenas em outubro de 2021, mesmo diante do cenário do aumento de juros. Sobre o teto da taxa de juros, elencou as taxas correntes em março de 2020: i) SELIC, 4,25% a.a.; 0,35% a.m.; ii) taxa de empréstimo, 23,87% a.a.; 1,80% a.m.; *Spread* de 1,45%. iii) Taxa de cartão, 36,07% a.a.; 2,70% a.m.; *Spread* de 2,25%. Considerando os parâmetros utilizados na última revisão, as taxas em março de 2020 foram: i) DI x PRE 5 anos, 5,93% a.a.; 0,48% a.m.; ii) taxa (a), 23,87% a.a.; 1,80% a.m.; *Spread* de 1,32%; iii) cartão (b), 36,07% a.a.; 2,70% a.m.; *Spread* de 2,24%. Discorreu sobre as taxas correntes em outubro de 2021: i) SELIC, 7,75% a.a.; 0,62% a.m.; ii) taxa de empréstimo, 23,87% a.a.; 1,80% a.m.; *Spread* de 1,18%; iii) Taxa de cartão, 37,67% a.a.; 2,70% a.m.; *Spread* de 2,08%. Considerando os parâmetros utilizados na última revisão, citou as taxas em outubro de 2021: i) DI x PRE 5 anos, 12,47% a.a.; 0,98% a.m.; ii) taxa, 23,87% a.a.; 1,80% a.m.; *Spread* de 0,82%; iii) cartão, 37,67% a.a.; 2,70% a.m.; *Spread* de 1,72%. Esclareceu que a atual situação apresenta uma redução no *Spread* da operação de consignado INSS, quando comparado ao nível da SELIC atual e, principalmente, quando comparado a taxa de juros de cinco anos. Seguidamente, o **Sr. Presidente** instou o próximo item de pauta: Dados sobre crédito consignado. Com a palavra, o **Sr. Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro** falou dos números de consignados e, em relação ao movimento de contratos de empréstimos, citou os dados da competência de setembro de 2021: i) 37.877.912 ativos; ii) 211.374, encerrados; iii) 235.252 cancelados; iv) 1.340.701 liquidados e; v) 182.044 inativos. Mostrou, em gráficos que, entre agosto e setembro de 2021, houve uma redução de 10% dos consignados averbados, o que gerou uma queda no valor de 6,43%. Explicou que os aposentados e pensionistas têm acesso ao crédito consignado e que 38% possuem consignado, muitas vezes comprometendo sua renda em 28% e 25,69%, respectivamente. Mencionou os auxílios que possuem autorização judicial para consignado, contudo, as aposentadorias e as pensões administrativas, apresentam comprometimento da renda acima das pensões por morte. Demonstrou que, quando a margem consignável aumentou para 35%, houve um pico, reduzindo a quantidade de empréstimos, por vezes relacionadas as reclamações dos bancos, financeiras e administradoras. Informou que foi verificado, nos últimos 30 dias, que o maior volume de reclamação é

procedente do consignado, totalizando mais de 336 mil. Referente às instituições financeiras, comunicou que o Itaú Consignado mantém a maior quantidade dos empréstimos, seguido pelos bancos: BMG, Bradesco (duas partes), Banco Pan e Caixa Econômica Federal, contudo, enfatizou que todos os consignados são averbados pelo INSS e que houve um crescimento por demanda nos bancos C6 e Banco Pan. Solicitando a palavra, o **Sr. Natal Léo** salientou a necessidade de analisar as informações apresentadas e informou que não tem condições aprovar a proposta. Com a palavra, a **Sra. Tônia Andrea Inocentini Galleti** falou que a mudança da taxa de juros é prematura, embora compreenda que há maior custo para as instituições bancárias. Enfatizou a importância de se considerar a situação econômica do país e, apontou que a procura por empréstimos se dá em virtude do alto endividamento e não pela baixa oferta. Lembrou que as instituições bancárias são agressivas ao abordar os aposentados e pensionistas e que, embora tenha ocorrido uma redução na demanda pelo consignado, há um problema importante a ser solucionado, que são as fraudes. Endossou a manifestação do conselheiro Natal Léo, enfatizando que não estava confortável em votar. O **Sr. Reiner Ferreira Leite** cumprimentou a todos e agradeceu pela receptividade, em especial a Secretária Executiva, Sra. Maria Velloso, pelo prestígio e atenção. Referente ao tema, revisão do teto de juros, sugeriu que fosse elaborado um estudo de viabilidade técnica ou um estudo com a memória de cálculo, convalidada pelo Banco Central, para que possa auxiliar na tomada de decisão. Sobre o crédito consignado, disse que o aperfeiçoamento das operações é importante para toda sociedade, já que atende imediatamente aos seus interesses, especialmente aos beneficiários do INSS. Registrou que, para a CNC, o consignado, além de estimular o consumo, alavanca a economia do país. Contudo, destacou a necessidade de refletir as questões, para que medidas necessárias sejam adotadas, aperfeiçoando e democratizando o acesso ao financiamento. Com a palavra, o **Sr. Francisco Canindé Pegado** perguntou qual a representatividade do aumento da taxa de juros. Em resposta, o **Sr. Alex Sander Moreira Gonçalves** informou que representa 21,8%. O **Sr. Francisco Canindé Pegado** enfatizou o aumento efetivo de mais de 20%. Explicou que o benefício previdenciário não passou por reajuste. Alertou que os bancos são credores da vida financeira dos beneficiários do INSS. Lembrou que, com a taxa de *Spread*, os bancos têm margem para trabalhar. Informou que o momento não é adequado para propor o aumento na margem de juros das operações dos empréstimos consignados. Com a palavra, o **Sr. Odair Antônio Bortoloso** externou sua preocupação sobre a margem consignável e explicou que há, aproximadamente, 21 milhões de pessoas beirando a linha da pobreza, citando o alto endividamento e falou que os bancos querem lucrar. Ressaltou ser prematuro abordar o assunto no momento e sugeriu que seja avaliado quando a economia melhorar. Ato contínuo, o **Sr. José Roberto Ferreira Savoia** mencionou a dificuldade em rediscutir o *Spread* enquanto os problemas do consignado não forem solucionados. Falou da importância de se criar, primeiramente, um ambiente político propício, para que solucione os problemas, lembrando que muitas instituições cometem graves delitos. Propôs que as instituições financeiras avaliem o comprometimento e, explicou que, o que falta é capacidade das pessoas aumentarem sua tomada de recursos. Alertou que não há justificativa econômica, e nem moral, para se discutir o tema, sem antes resolver os problemas existentes. Com a palavra, o **Sr. Bernardo Borba de Andrade** falou da necessidade em analisar a proposta, especialmente as

possíveis perdas com a manutenção das taxas vigentes, perdas de interesses, além de avaliar as perdas estimadas, analisar a redução de oferta e os possíveis ganhos. Salientou que a expectativa é que a taxa básica e a inflação não se mantenham em elevação. O **Sr. Obede Muniz Teodoro** disse que, com o atual cenário e o alto índice de desempregados, são os aposentados e pensionistas que estão mantendo suas famílias. Em concordância com os conselheiros que o antecederam, enfatizou a necessidade de um estudo aprofundado acerca do tema. O **Sr. José Tadeu Peixoto da Costa** corroborou e lembrou que, quando o custo de captação era menor, a taxa de juros praticada, a época, se manteve em alta. Esclareceu que a capacidade de endividamento da população está diminuindo, e que o reajuste salarial não acompanha a inflação. Externou sua insatisfação e falou que os bancos foram as instituições que mais lucraram durante esse período, contudo socializaram apenas o prejuízo. Sugeriu que o modelo seja reavaliado, pois o poder de compras das pessoas está diminuindo. Explicou que a proposta inclusive será ruim para os bancos, porque não haverá demanda pelo empréstimo consignado com a elevação do custo. O **Sr. Ariovaldo de Camargo** enfatizou a necessidade de debater o assunto com mais cautela. Com a palavra, o **Sr. Rafael Baldi da Silva**, em resposta, esclareceu que a metodologia apresentada é a mesma que foi utilizada para diminuir a taxa de juros no passado. Explicou que o aumento do teto da taxa de juros não compromete a competição entre as instituições e, informou que algumas instituições financeiras continuarão a operar abaixo do teto. Solicitou que os conselheiros possam refletir e considerar as variáveis mais latentes. Aclarou que a proposta atende, de forma decrescente, os aposentados que têm maior idade e menor valor de *ticket*, que o *ticket* médio menor não dissolve o custo que está sendo motivado pelo incremento na curva futura de juros, ou seja, a captação dos bancos. O **Sr. Alex Sander Moreira Gonçalves** salientou a importância do debate e externou ser preocupante os volumes de empréstimos mensais, e esclareceu que a redução da oferta poderá ser em consequência do resultado negativo das instituições financeiras. Falou que o aumento do custo de captação está impactando de maneira relevante a rentabilidade dos bancos, o que pode diminuir a oferta de crédito consignado, que a manutenção do teto está alijando o processo de algumas instituições e se comprometeu a apresentar um novo estudo técnico. Referentemente as reclamações, informou que estão confiantes com as medidas adotadas, que contribuirá com sua queda. Reforçou a seriedade de manter a linha de crédito consignado viva, dada a sua importância para os aposentados e para o sistema financeiro. Ato contínuo, o **Sr. Paulo Augusto Ferreira Bouças** colocou-se à disposição para elaborar um estudo mais detalhado, considerando as variáveis relevantes apontadas no debate. Registrou sua solidariedade aos conselheiros do CNPS e ao estudo apresentado pela FEBRABAN e ABBC. O **Sr. José Tadeu Peixoto da Costa** sugeriu que fosse esclarecido o custo de captação nas próximas apresentações, para que pudessem entender e debater sobre o assunto. Com a palavra, o **Sr. Alex Sander Moreira Gonçalves** esclareceu que a aplicação feita no banco é de liquidez diária e que se pode sacar todo dia, logo a rentabilidade é baixa. Citou o título do Tesouro Direto que, quando o dinheiro fica “parado” durante cinco anos, o Governo Federal paga 12,09% ao ano. Enfatizou que o empréstimo consignado do INSS tem o prazo de 84 meses, e que o banco não consegue captar o dinheiro em seis meses. Explicou que, para algumas instituições financeiras, com o teto de 1,80% e com o custo de captação mais elevado, não conseguirão operar o consignado. Informou

358 como funciona o sistema bancário, que primeiro capta o dinheiro para depois emprestar, logo, para manter o
359 volume de concessão de empréstimos é importante rever o teto da taxa de juros. Com a palavra, o **Sr. Ariovaldo**
360 **de Camargo** ressaltou que a intenção apresentada é atuar com o *Spread* praticado quando ocorreu a redução,
361 mas, ao enfatizar o cenário econômico vigente, falou da possibilidade de estabelecer, por um determinado
362 período, um *Spread* menor do que o proposto. Em resposta, o **Sr. Alex Sander Moreira Gonçalves** informou
363 que o *Spread* é utilizado para pagar as despesas administrativas, aluguéis e folhas de pagamento dos bancos,
364 e que precisam conversar com as instituições bancárias. Esclareceu que o óbito é a principal causa de
365 inadimplência do consignado. Mencionou que os bancos operam com o *Spread* comparando com linhas abaixo
366 do consignado, já que apresentam menor risco ao banco. Se comprometeu em discutir a proposta junto a
367 FEBRABAN e a ABBC e perguntou se poderiam apresentar um estudo mais detalhado até o fim mês. Externou
368 sua preocupação, pois alguns bancos deverão parar de atuar com o produto e terão suas carteiras atacadas.
369 Esclareceu que haverá um desequilíbrio concorrencial em decorrência do custo de captação elevado. Com a
370 palavra, o **Sr. Presidente** informou que acompanha o debate sobre crédito consignado desde 2003, e falou da
371 importância de não engessar demais o processo. Lembrou que o CNPS deve avaliar as tendências,
372 oportunidades e concorrência e afirmou que o Conselho não quer instabilizar o sistema. Propôs que a
373 FEBRABAN, a ABBC e a CNF conversem com as instituições bancárias e que retorne para as discussões na
374 reunião do GT Crédito Consignado e, devido a urgência do assunto, sugeriu a realização da reunião do GT,
375 ficando consensuada a data de 16 de novembro para sua realização.

376 **IV – INFORMES**

377 O **Sr. Natal Léo** informou que no Comitê de Acordo com o Ministério Público não conseguiram atingir as metas
378 do acordo, mas que irá compartilhar o relatório com os conselheiros.

379 **VI – ENCERRAMENTO**

380 Finalizados os itens da pauta e nada mais havendo a tratar, o **Sr. Presidente** deu por encerrada a 284ª Reunião
381 Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS.